

Contornando o Brasil a lápis: uma proposta de Delgado de Carvalho para o ensino de cartografia



Patrícia Coelho

Doutoranda em Educação
Programa de Pós-Graduação/
Universidade de São Paulo (USP).
pacoel@bol.com.br

na década de 1930, a geografia vivia um processo de institucionalização, enquanto disciplina escolar autônoma. Em torno do assunto, havia muitas discussões a respeito dos conteúdos, dos métodos e da própria prática. Neste aspecto, o caderno de cartografia *Os continentes e as principais potências: exercícios práticos de cartographia* publicado em 1934, pela Livraria Francisco Alves, contém mais do que mapas e folhas de desenho é testemunho de tal processo, se constituindo assim, em lugar de memória da cultura escolar de seu tempo.

Desenhar o mapa a mão livre, reconhecer detalhes do nosso relevo sem o auxílio do Atlas e, por fim, tornar-se senhor do mapa eram habilidades que o caderno de cartografia, elaborado por Delgado de Carvalho,¹ se propunha a desenvolver. Para atingir tais objetivos, o autor, que

¹ Sobre este educador, autor de vários livros, consultar COELHO (2007).

anunciava seu método como único, alertava que era necessário seguir atentamente suas prescrições.

Para compreender a perspectiva de inovação anunciada em *Os continentes e as principais potências: exercícios práticos de cartographia* (1934) é importante situar seu autor nas discussões em torno da geografia escolar. Para isso, utilizarei a perspectiva de campo, elaborada por Bourdieu (1983), partindo da idéia de que, como intelectual, Delgado de Carvalho fez parte de um campo científico e, como tal, disputou o papel de autoridade, definida como *a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que é socialmente outorgada a um agente determinado* (p.123). Crítico dos métodos de ensino de seu tempo, Delgado de Carvalho fez parte de uma geração de professores do Colégio Pedro II que reformulou o programa desta disciplina. Intelectual de formação francesa e adepto da antropogeografia considerava não só os aspectos físicos em seus estudos, mas o resultado da ocupação humana. Juntamente com Fernando Raja Gabaglia, Honório Silvestre e Everardo Backheuser combateu o ensino baseado na memorização sugerindo aos professores uma variedade de materiais didáticos, como o globo terrestre, a fotografia, o Atlas e, tudo mais que aproximasse os alunos de uma realidade desconhecida.

Autor de livros dedicados ao ensino secundário, Delgado de Carvalho sempre considerou o mapa como importante ferramenta no processo de aprendizagem da geografia, pois era uma forma

de orientar os estudantes em suas leituras. Em *Geographia do Brasil* (1913), quando inovou ao apresentar o Brasil dividido em cinco regiões, septentrional, nordestino, oriental, meridional e central, superando os critérios administrativos anteriormente usados para classificar as regiões naturais, os textos já contavam com ilustrações de mapas.

A cartografia era uma prática em nossas escolas, na década de 1930, só que de forma diversa. Enquanto conhecimento escolar fazia parte dos nossos programas a localização e a descrição de diferentes pontos geográficos, que os alunos deveriam memorizar. O discurso dirigido aos professores na introdução do caderno de cartografia mostra tal preocupação. Neste aspecto, os estudos de Bittencourt (2003) são importantes para nossa análise. A autora destaca a visão de que apenas o Estado e as classes dominantes exercem influência no processo escolar foi superada. Neste, é considerada a participação de um conjunto de agentes, que inclui professores, alunos e a comunidade, que, por sua vez, se inserem em uma concepção de cultura escolar. O foco da pesquisa parte, desta forma, do interior da escola e, para realizá-la, é preciso levar em conta mais do que a legislação, os indícios da realidade vivida por professores e alunos. Livros didáticos se constituem em ótimas fontes.

Ao olhar o caderno de cartografia, na perspectiva de Hernandez Diaz (2003), como objeto que fez parte de um universo escolar, se abre um complexo labirinto de relações, que nos leva a compreender como, através dele, se transmitiam, não só conteúdos, mas os valores e as formas de vida de uma sociedade. Assim é possível que o objeto nos fale de seu tempo, como o relato de

quem o viveu. Para isso, é necessário que o interroguemos, mas não para encontrar as respostas que desejamos, a partir de modelos previamente construídos.

Inovando a geografia escolar

Para Bourdieu (1989), os intelectuais fazem parte de um campo científico que é palco de constantes disputas. Ainda que em 1925, a geografia brasileira ainda não constituísse um ramo de conhecimento autônomo, com regras específicas que determinassem a legitimidade, o que irá ocorrer na década seguinte com a criação dos primeiros cursos universitários, seus estudiosos não deixavam de estar incluídos num universo intelectual. Como tal disputavam entre si o monopólio da autoridade científica, que consiste na capacidade de falar e agir legitimamente diante deste campo.

No início do século XX, como nos lembra Gomes (1996), as distinções entre os campos da história, da geografia e da sociologia não eram muito claras. Buscava-se ainda o esclarecimento dessas fronteiras, sendo os espaços de conhecimento muito amplos. A geografia no Brasil é escrita, nas duas primeiras décadas deste século, por diplomatas, militares, literatos e advogados. Esses intelectuais diletantes se valem de uma autoridade proveniente da erudição da cultura para escrever sobre os mais variados temas. Na geografia, em geral, preocupavam-se em descrever detalhes dos pontos geográficos nacionais e internacionais.

Neste aspecto, na década de 1920, o monopólio do conhecimento geográfico pertencia aos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Estes estudos tinham uma base positivista e uma grande preocupação com a definição das nossas fronteiras. O livro de Mario Veiga Cabral, *Chorographia do Brasil* (1916) tem esta linha de pensamento. O autor, membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, já na introdução anuncia a sua preocupação em transmitir um conhecimento mais exato do nosso território, o que para ele não era feito por outros manuais. Na extensa obra de oitocentos e cinco páginas elaborou uma detalhada descrição da superfície, dos limites, da população e das dimensões territoriais de cada estado brasileiro. Tal trabalho utiliza como fonte os estudos de Rondon, a quem o autor faz muitas reverências. Este manual, de grande sucesso editorial, na década de 1920 já passava da 20ª edição, transmitia o conhecimento produzido por engenheiros, diplomatas, escritores e militares em suas viagens pelo Brasil, documentando pontos geográficos através de fotos, amplamente utilizadas para ilustrar textos. Como membros da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro constituíam uma voz autorizada diante do campo.

Neste campo, a *Geographia do Brasil* (1913) de Delgado de Carvalho representou a inovação. Este manual escolar dirigido aos estudantes do ensino secundário, foi elaborado a partir de viagens do autor pelo país, quando analisou nosso território sob a perspectiva de Jean Bruhnes e Vidal de La Blache, orientadores do movimento denominado geografia moderna, que ligava a análise geográfica ao homem. A obra é continuidade dos estudos feitos para elaboração de sua

tese de doutoramento: *Un centre économique au Brésil – Minas Gerais*, publicada ainda na França, de onde partiu apenas aos 23 anos de idade para conhecer o país da qual tinha cidadania por ser filho de brasileiros. Aqui, a sua primeira publicação ainda em francês foi *Le Brésil meridional: étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1910). A língua ainda era um obstáculo a ser superado. Como nos lembra Castro (1993), devido ao desprezo que seu pai, representante da monarquia, sentia pela república brasileira, sequer lhe ensinou português, ainda que dominasse o inglês, o alemão e o já citado francês. O manual tinha clara intenção em romper com a escola clássica:

É pois mais que necessário abolirmos no ensino da geografia practica tudo quanto nomenclatura tudo quanto é puramente mnetchnico para só encarar os factos em marcha pode-se dizer, e no seu respectivo lugar. É útil afastar-se, de vez em quando, do quadro habitual das concepções geographicas tradicionaes. Até hoje no nosso ensino, toda a idea nova, todo progresso geographico da sciencia geographica ente nos, tem sido sacrificados aos moldes antigos, tem sido apresentados, num quadro archaico: os espíritos não são levados a ver a geographia tal como ela é (DELGADO DE CARVALHO, 1913, p.5).

Na luta pela transformação dos referenciais teóricos de nossa geografia escolar, o Colégio Pedro II teve grande importância. Padrão de ensino da época, o colégio abrigava em seu quadro de professores intelectuais de reconhecida autoridade científica. O grupo formado por Everardo Backheuser, Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre, professores desta disciplina, e Delgado de Carvalho professor catedrático de Inglês da mesma instituição, compartilhava o mesmo desejo

de mudança e a mesma fundamentação teórica. As críticas destes professores aos métodos foram lembradas nos estudos de Zarur (1941).

Para eles os compêndios tinham uma preocupação basicamente com nomenclatura dos acidentes geográficos sem uma relação entre estes: O ensino era ministrado em dois anos. No primeiro ensinava-se a geografia geral, quase sempre uma enumeração estéril dos nomes sem nenhum objetivo determinado senão a fazer o aluno decora-los sem procurar a explicação dos fenômenos geográficos correspondentes entre eles (p.514).

Em substituição à descrição dos pontos geográficos, estes adeptos da chamada geografia moderna defendiam o seguinte conteúdo programático sugerido por Delgado de Carvalho:

algumas noções de demografia, elementos de etnografia, isto é distribuição de raças, línguas e religiões, princípios gerais de mesologia ou influência do meio sobre as sociedades humanas, noções de geographia política, ou feições sociológicas dos grupos com as suas resultantes phases da civilização e instituições sociais e por fim, traços de geographia econômica (DELGADO DE CARVALHO, 1925, p.11).

O Colégio Pedro II, a partir de 1923, teve seus programas reformulados nestas bases, foram criados laboratórios para estudos do clima e do solo com quadros de amostras dos vários tipos geológicos desenhados pelo próprio educador. Ainda foram elaborados álbuns com mapas e fotografias. Deste grupo houve uma aproximação maior entre Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia.

Como nos lembra Bourdieu (1989), o Estado como instituição oficial, produz classificações oficiais, estas por sua vez têm um valor de título. Tal título é concedido aos catedráticos do

Colégio Pedro II, à medida que havia seu reconhecimento pelo Estado como uma referência. A mostra mais clara desse processo foi o decreto 16782 A de 13 de janeiro de 1925. Também conhecido como Reforma Rocha Vaz, tinha entre outros objetivos reformar o ensino secundário e superior. Em relação ao primeiro, amplia o período de escolarização e estabelece um caráter único para todo território nacional. O fim do regime seriado extinguiu os exames parcelados. Desta forma os estabelecimentos que quisessem ser reconhecidos oficialmente deveriam seguir o padrão pedagógico e administrativo do Colégio Pedro II. Logo, o programa de geografia onde era clara a perspectiva de Delgado de Carvalho é oficializado, transformando-o em paradigma da geografia escolar e legitimando este intelectual diante do campo.

O currículo de Geografia incluía a disciplina em três anos: no primeiro era ministrada a Geografia Geral, no segundo sob forma de Corografia do Brasil, onde a História e Geografia se misturavam formando uma só disciplina, e, por fim, no sexto ano, a Cosmografia. Nos dois primeiros anos, os conteúdos prevêm a descrição geral de cada região estudada na seguinte ordem: situação, limite, superfície e aspecto geral do relevo. Ao final do programa há a seguinte observação dirigida aos professores:

No estudo ou descrição geral, o professor examinará os elementos geographicos geraes applicados á região considerada. Além disso, em cada região, fará pelo menos um estudo especial examinando um aspecto interessante e próprio da região.

As aulas serão sempre dadas com o auxilio de cartas, e numerosos deverão ser os exercícios de leitura das mesmas e de esboços cartographicos e do mappa mudo, emprestando assim, ao cunho pratico (Programa de geografia, Colégio Pedro II, 1925).

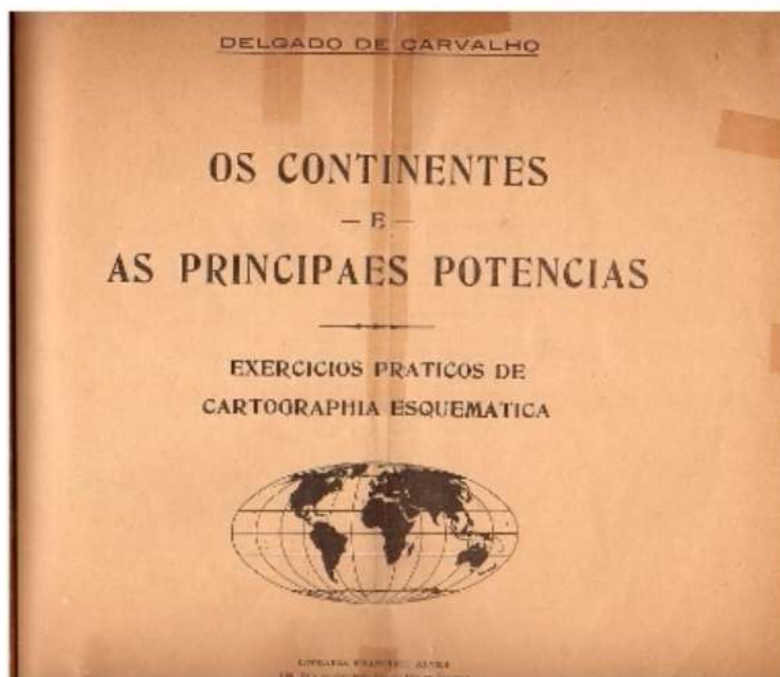
Em tal perspectiva se insere o caderno de cartografia *Os continentes e as principaes potencias: exercícios práticos de cartographia* (1934). Elaborado por Delgado de Carvalho veio atender uma demanda de exercícios, por ele considerado fundamentais ao cunho prático do ensino de geografia, questão fundamental, por ele defendida em vários momentos, quando se dirige em especial aos professores:

Em todo e qualquer assumpto de geographia, o meio em que vive o alumno deve ser escolhido como assumpto principal de estudo e as noções sobre outras regiões devem ser acrescentadas como informações supplementares e comparativas. A terminologia geographica, para uso didactico, deve ser expurgada de semelhantes puerilidades (DELGADO DE CARVALHO, 1925, p.7).

O professor é visto pelo autor como principal agente desta mudança. O mestre é representado como um autodidata despreparado para introduzir uma perspectiva teórica ao ensino e resistente a mudanças. Diante disso, os coloca como o maior obstáculo para que o Brasil acompanhe os países desenvolvidos. Neste sentido, dedica os prefácios de seus livros a orientações aos mestres, deixando clara sua intenção em interferir na cultura escolar.

Exercitando o contorno do Brasil

Composto de cem folhas de papel macio sob formato brochura, o caderno de cartografia possui mapas do Brasil e dos cinco continentes. A capa monocromática, com tons escuros, tinha apenas o título, o nome do autor e a editora. Como indicação a cartografia, a representação do planisfério. Por uma limitação técnica de seu tempo não era um recurso didático. A introdução onde são feitas prescrições como o caderno deveria ser utilizado em sala de aula, expõe toda a especificidade desta prática nas escolas. Para o Hernandez Diaz (2003), a etnografia recria o clima do passado, e por meio dessa análise se revela uma comunicação entre pessoas e objetos: *o trabalho do etnógrafo consiste em aclarar as relações desta complexa trama que com freqüência adota formas microscópicas* (p.229). A história dos objetos nos mostra a pedagogia de um tempo que não vivemos. O fato de os pontos geográficos fazerem parte dos programas da década de 1930 não é suficiente para compreender como estes conteúdos se constituíam no universo da sala de aula. Reside aí a importância deste diálogo estabelecido por Delgado de Carvalho com os mestres a respeito do uso do caderno de cartografia.



Capa do caderno de cartografia (DELGADO DE CARVALHO, 1934, s/p.)

Na introdução, Delgado de Carvalho (1934) apresenta seu método a partir da contraposição a uma série de práticas da cartografia presentes em nossas escolas: *Não é decalque, não é mão livre, não é cópia servil: é um exercício prático a reprodução em escala igual para outros fins* (p.6). Em relação a esta prática escolar, em vários momentos, o texto sugere o quanto saber desenhar o mapa à mão livre era importante requisito para ser considerado um bom professor de geografia. Copiar o mapa a partir da transparência do papel, o chamado decalque, era alvo de críticas: *Foi condemnado pela pedagogia brasileira o decalque de mappas do Atlas. A razão invocada foi de que o alumno adquire maus hábitos de trabalho e, em seguida não consegue fazer o mappa a mão*

livre (p.6). Discordando dessa idéia, o autor destaca as habilidades que o decalque pode desenvolver como limpeza, cuidado e atenção.

Para melhor compreensão do diálogo em que Delgado de Carvalho, intelectual de formação francesa, onde a geografia já era um campo institucionalizado, expõe sua teoria, com os professores que estão no nível das práticas escolares, os estudos de Bittencourt (2003) são fundamentais. Neste aspecto, ela nos alerta o quanto a noção de disciplina escolar escolhida pelo pesquisador é importante. Tal concepção, a seu ver está intimamente ligada, a de pedagogia e de escola: pode se conceber, assim, a escola como espaço produtor de conhecimento, ou, simplesmente, como local de reprodução do que é desenvolvido no espaço acadêmico. A pedagogia não pode ser compreendida como uma mera transposição dos conteúdos e de valores desenvolvidos nos meios acadêmicos. Ao dialogar com os professores, é clara a preocupação do autor com um saber produzido na escola e para a escola.

Ainda que Delgado de Carvalho (1934) fosse contrário à memorização de dados, acha necessário que o aluno tivesse a capacidade de, mentalmente, construir um mapa com um mínimo de dados, pois facilitaria a sua compreensão do conteúdo:

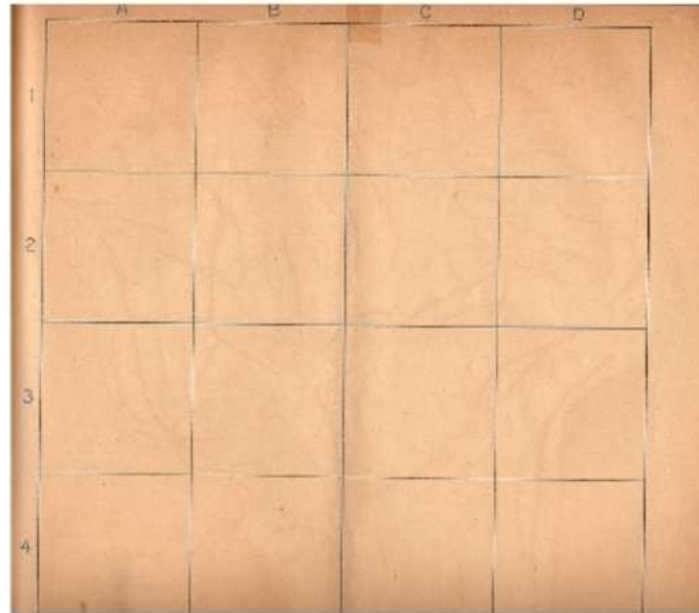
Os exercicios de cartographia são essencialmente praticos, têm por fim familiarisar os alumnos com os contornos dos continentes e dos paizes, desenvolver as faculdades de observação, applicadas à geographia, dar o sentido das proporções das áreas geographicas, das direcções e das águas correntes. Assim feita a representação cartographica do globo, o estudante não mais se perderá de modo tão desolador na

consulta de um Atlas qualquer, terá facilidade de fazer um traçado ligeiro, de figurar uma região, de explicar um plano, uma situação topographica, e em outros termos, saberá um pouco de geographia, elementar, mas básica, fundamental e de grande utilidade pratica para a vida (p.6).

A disposição dos mapas obedece sempre ao mesmo modelo: a folha a esquerda contém o mapa a ser copiado marcado com quadriculas numeradas, já a folha oposta possui apenas o quadriculado. O método tinha como objetivo final o desenho do mapa sem consulta a nenhum material ou, em suas palavras, o aluno estaria *com o mapa na cabeça*.



Mapa do Brasil para exercício de cartografia (DELGADO DE CARVALHO, 1934, s/ p)



Folha para exercício de cartografia (DELGADO DE CARVALHO, 1934, s/p.)

Entre as preocupações expostas na parte introdutória do caderno estão os exames de promoção. Instalado o regime seriado, para que o aluno fosse promovido à série seguinte, era necessário que dominasse a representação cartográfica de determinados mapas que constavam no programa da disciplina. Neste aspecto a escolha dos mapas remete a estas cobranças: Europa, América do sul, América do Norte, África, Ásia e Oceania, que faziam parte do programa do primeiro ano, e o Brasil, estudado no segundo ano. Os mapas dos continentes não eram completos, abordavam apenas os países listados nos programas. O caderno seria usado como forma de memorizar tais pontos. O trabalho de cópia é sugerido mais de uma vez ser feito com a

A partir das prescrições detalhadas pelo autor na parte introdutória, é possível perceber formas de uso do caderno no cotidiano de nossas escolas, ou seja, o bom uso do caderno para o professor de geografia: o lápis usado sempre levemente de forma a propiciar limpeza e clareza. As cores fortes não eram bem vistas: *Em caso algum poderão os diferentes países serem integralmente coloridos segundo a fantasia dos alunos: foi isso no passado, a praga da cartographia na escola* (p.7). Os diferentes símbolos deveriam representar então pontos geográficos: pontilhados para fronteiras, cruzes para picos, círculos para as cidades etc.

O quadro-negro é outro ponto abordado por Delgado de Carvalho, o que permite concordar com as observações de Hernandez Diaz (2003) quando afirma que *os objetos das escolas não são neutros, são opções. Os elementos visíveis ou ausentes constroem relações entre todos os agentes, criando um determinado clima, propício para desenvolver a metodologia* (p.226). Considerado importante recurso didático pelo seu alcance demonstrativo, transparece nos argumentos do autor todo o temor que os exercícios lá feitos despertavam nos alunos: *O quadro-negro não deve ser considerado pelo aluno como um inimigo, mas sim como um aliado* (DELGADO DE CARVALHO, 1934, p.7). Várias vezes são destacadas a importância deste recurso na demonstração de mapas. Lançando mão de práticas realizadas nas escolas inglesas, onde, a seu ver o ensino de geografia era um sucesso. Uma sugestão dada a partir de sua vivência na Inglaterra era a utilização de grandes moldes para desenho do esboço do mapa no quadro: *a beleza do mapa não é o objectivo principal, um esboço um pouco grosseiro não tira o valor da*

demonstração que é destinado a auxiliar (p.7). Quadros-negro feitos com quadriculados idênticos aos do caderno vendidos pelas Casas Villas Boas & Cia são recomendados pelo autor.

Uma contribuição para a história da geografia escolar

Os estudos de Delgado de Carvalho, intelectual de formação francesa, foram fundamentais a introdução de uma nova concepção da geografia escolar no Brasil. Junto a outros intelectuais transformou os métodos do Colégio Pedro II e influenciou o conteúdo programático da disciplina, que acabou se tornando oficial, dando legitimidade as suas idéias diante do campo intelectual.

Percebendo a importância do papel do professor no processo educacional, dirigiu a eles os prefácios de seus livros, prescrevendo atitudes que, a seu ver, tornariam o processo ensino-aprendizagem da geografia mais eficiente. Neste sentido, aproveitando-se da sua vivência nas escolas européias, sugeria práticas consideradas por ele como ideais.

Este processo, contudo, não foi uma via de mão única. Os professores e alunos também exerceram influência à medida que fazem parte da cultura escolar. Nas salas de aula nem tudo que faz parte dos programas oficiais se torna realidade. A perspectiva do professor, sua formação, a reação dos alunos fazem parte do universo da disciplina. Tais testemunhos, no entanto, são difíceis de serem apreendidos, pois a história pouco espaço lhe reservou. O caderno de cartografia nos traz aspectos da discussão em torno do mapa no dia a dia das salas de aula na

década de 1930: se deveria ser memorizado ou não, como deveria ser trabalhado, se deveria ser usada a técnica do decalque, o valor de saber desenhá-lo à mão livre. Mais do que o testemunho da contribuição de Delgado de Carvalho à institucionalização da geografia escolar, tal fonte representa uma contribuição à história desta disciplina em nosso país.

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus A. & RANZI, Serlei. *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 9-38.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.) *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- CASTRO, Therezinha. *Carlos Delgado de Carvalho*. Rio de Janeiro, 1993. (Mimeo).
- COELHO, Patrícia. *A voz do mestre: trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *Geographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Emp. Photo-Mechanica do Brasil, 1913.
- _____. *Methodologia do ensino geographico (introdução aos estudos da Geographia moderna)*. Petrópolis, editora Vozes, 1925.
- _____. *Os continentes e as principais potências Exercícios práticos de cartographia esquemática*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1934.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HERNANDEZ DIAZ, Jose M. Etnografia e historia material de la escuela. In: BENITO, Agustín Escolano, DIAZ, Jose Maria Hernandez. *La memoria y el deseo cultura de la escuela y educación deseada* (coords), 1ª ed. Valencia: Tirant lo blanch, 2002.
- ZARUR, Jorge. A geografia no curso secundário. In: *O IBGE e a Educação – Elucidário apresentado a 1ª Conferência Nacional de educação*. Serviço gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1941.